

13 JUL 1993

Econ. Brasil
Os predadores JORNAL DA TARDE

Só mesmo a conhecida condescendência dos brasileiros e a tendência natural dos habitantes deste sofrido país para o otimismo podem explicar o fato de a sociedade ainda manter intacta, quase como no primeiro dia, a confiança que depositou no ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e em sua proposta de corrigir as graves distorções existentes no Estado brasileiro e começar a colocar a economia nacional nos eixos.

Motivos reais para isso quase já não há mais.

Porque, embora o ministro da Fazenda e seu pequeno e aguerrido **Exército Brancaléone** continuem lutando bravamente, a cada dia que passa aqueles que não aceitam — por se locupletarem com esse estado de coisas — que as finanças públicas sejam saneadas, que o aparelho estatal seja reduzido e passe a servir à coletividade em vez de simplesmente explorá-la vão ficando cada vez mais fortes e impingindo seguidos reveses a Fernando Henrique, ameaçando inviabilizar todo seu plano.

O Programa de Ação Imediata (PAI), com o qual o ministro da Fazenda pretende disciplinar as finanças públicas para poder iniciar um combate efetivo à inflação, baseia-se em três pilares: corte nas despesas previstas no Orçamento deste ano, aceleração da privatização e acerto com os Estados e municípios para o pagamento das dívidas que eles acumularam com a União e para impedir que os bancos estaduais continuem funcionando como “casas da moeda” paralelas. Entretanto, por obra e graça dos políticos no Congresso Nacional, dos governadores estaduais, de colegas de ministério de Fernando Henrique e, em alguns casos, até do próprio presidente Itamar, as medidas necessárias à implementação do PAI ou não foram aprovadas ou acabaram anuladas por outras de sentido contrário patrocinadas por esses grupos.

A equipe econômica, por exemplo, pretendia cortar — na verdade, transferir recursos de obras eleitoreiras dos políticos para serviços essenciais — US\$ 6 bilhões do Orçamento. Depois de muita conversa, Fernando Henrique conseguiu relacionar US\$ 4 bi para serem remanejados e os outros US\$ 2 bi ficaram para ser economizados num jogo de ganho inflacionário. Mas, até agora, ainda não conseguiu aprovar essa nova versão do Orçamento no Congresso. Sem contar que alguns ministros, como o do Bem-Estar Social e o da Integração Regional, ainda na fase de discussão interna dos cortes, apressaram-se a empenhar várias verbas, que fatalmente seriam atingidas, para tentar criar um fato consumado.

Além do mais, no mesmo dia em que o Ministério da Fazenda anunciava os cortes preten-

didos, o Conselho Monetário Nacional, com o voto favorável de três ministros (do Trabalho, da Previdência e da Indústria e do Comércio), aprovou um empréstimo excepcional da Caixa Econômica Federal para os governos de Santa Catarina, Rondônia e Tocantins, condenados veementemente durante a reunião pelo ministro Fernando Henrique e pelo presidente do Banco Central.

Para completar as agruras do ministro da Fazenda o Congresso instituiu na semana passada — e, ao que tudo indica, o presidente da República não vetará — o reajuste mensal de salários, que, se atingirá pouco as empresas privadas, terá um peso negativo muito alto nas já combalidas finanças da Previdência Social. E enfiou goela abaixo do governo um **trem da alegria** na área de ciência e tecnologia.

Na área de privatização, muito embora o presidente Itamar Franco tenha abandonado suas velhas posições estatizantes e ultranacionalistas, o ministro da Fazenda também ainda não conseguiu acelerar, como pretendia, a venda de empresas estatais. As hesitações do presidente estão ajudando os adversários da desestatização. Recente medida provisória do Palácio do Planalto deu ao Senado o poder de suspender o leilão de qualquer estatal, pedir vistas dos laudos de avaliação das empresas e decidir se essas avaliações foram corretas. Aproveitando-se disso, o senador Antônio Mariz conseguiu adiar o leilão da Cosipa, que já havia sido transferido de junho para agosto, por mais 20 dias. Como a Cosipa anda dando um prejuízo diário de cerca de US\$ 1 milhão, só essa “brincadeirinha” do Senado vai custar mais US\$ 20 milhões aos contribuintes brasileiros.

Com o acerto com os governos estaduais e o disciplinamento de seus bancos está acontecendo a mesma coisa: quase dois meses depois de o ministro haver anunciado a reabertura das negociações, nada foi acertado, os governadores resistem a qualquer proposta que não seja muito generosa para eles e contam com o irrestrito apoio dos políticos no Congresso para manter essa resistência. O governo federal, no que já é uma generosidade, gostaria, por exemplo, que eles comprometessem este ano 11% de sua renda para pagar o que devem a Brasília, mas eles não aceitam comprometer mais do que irrisórios 7%. E, enquanto não há um acordo, continuam não pagando nada.

À luz desse quadro é fácil entender a virulência pouco habitual que o ministro Fernando Henrique Cardoso usou há dias no Congresso para condenar os “sócios da inflação”. A sociedade brasileira não pode continuar assistindo, sem reagir, à ação desses **predadores** do dinheiro público.